



# DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXV - Edição 6408 - Segunda-feira, 21 de Dezembro de 2020.

**Divulgação:** Segunda-feira, 21 de Dezembro de 2020. **Publicação:** Terça-feira, 22 de Dezembro de 2020.

## Executivo - DOCUMENTOS OFICIAIS

### Documentos Oficiais

#### Procuradoria-Geral do Município

**Protocolo: 308727**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA 16/2020** **PROCESSO 20.0.000051153-7**

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições legais conferidas por meio dos incisos I e XV do artigo 11 e inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 701, de 2012, e em consonância com o art. 3º da Lei n. 11.979, de 2015, e a CORREGEDORA-GERAL DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições legais conferidas por meio do inciso V, do artigo 14, da Lei Complementar nº 701, de 2012,

CONSIDERANDO a previsão de trabalho remoto contida no artigo 3º da Lei n. 11.979, de 22 de dezembro de 2015, que regulamenta a Lei Orgânica da PGM;

CONSIDERANDO os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Constituição Federal e a possibilidade de redução de custos operacionais para a Administração Pública;

CONSIDERANDO a implantação dos sistemas de processos eletrônicos, judiciais e administrativos, que possibilitam o acesso e a realização do trabalho remoto;

CONSIDERANDO a existência de métodos e de ferramentas passíveis de serem aplicados tanto para trabalhos realizados presencialmente quanto para trabalhos realizados à distância, com foco em resultados por meio da gestão eficiente de atividades;

CONSIDERANDO as vantagens e os benefícios diretos e indiretos advindos do trabalho remoto para a Administração, para o servidor e para a sociedade;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o teletrabalho no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, definindo procedimentos, critérios e requisitos para a sua prestação, mediante controle de acesso e avaliação permanente do desempenho e das condições de trabalho;

CONSIDERANDO a competência do Procurador-Geral do Município de Porto Alegre para dirigir a PGM, coordenar e orientar as atividades e a atuação;

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria-Geral da Procuradoria do Município de Porto Alegre para encaminhar ao Procurador-Geral do Município minutas de provimento visando à simplificação e ao aprimoramento do serviço, assim como sugestões de estabelecimento de metas e relatórios;

CONSIDERANDO a modernização das atividades diárias dos Procuradores Municipais e a maior interação com os órgãos do Poder Judiciário por meio eletrônico; e

CONSIDERANDO o frequente avanço das tecnologias na digitalização dos processos administrativos e judiciais.

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito da atuação dos membros Procuradoria-Geral do Município (PGM), projeto piloto de regime de teletrabalho, que será implantado após a aprovação dos planos pelos Procuradores-Gerais Adjuntos das respectivas áreas ou pela Coordenação das Procuradorias Setoriais e Especializadas Autárquicas ou, ainda pelo Procurador-Geral, conforme hierarquia estabelecida organograma formal da PGM.

§1º Para os fins desta Instrução Normativa, entende-se por teletrabalho aquele realizado à distância, não delimitado por competência territorial, por meio de equipamentos e tecnologias que permitam a sua plena realização fora das dependências das unidades da PGM.

§2º A inclusão do Procurador Municipal no regime de teletrabalho é fundamentada na conveniência do serviço, podendo ser revertida a qualquer tempo, a pedido ou por ato motivado da chefia da unidade de trabalho.

§3º Excetuam-se às hipóteses de realização do regime de teletrabalho as atividades que, em razão de sua natureza, deverão ser obrigatoriamente desempenhadas nas dependências da PGM.

**Art. 2º** O teletrabalho tem por objetivos:

I – aumentar a qualidade e a eficiência das atividades executadas pela PGM;

II – aperfeiçoar a organização e a gestão das atividades e dos espaços físicos da PGM, otimizando os gastos com aquisição de equipamentos;

III – reduzir os gastos decorrentes da prestação de serviço em seu local de trabalho, tais como consumo de água, energia elétrica, dentre outros;

IV – contribuir para a melhoria do meio ambiente, com a diminuição de poluentes na atmosfera decorrentes do deslocamento até o local de trabalho;

V – promover a contínua especialização da atuação na representação judicial e extrajudicial do Município de Porto Alegre e suas autarquias;

**Art. 3º** Compete aos Procuradores-Chefes das unidades de trabalho da PGM, elaborar proposta de plano de teletrabalho dos integrantes de sua unidade, respeitadas as peculiaridades do serviço desempenhado.

**Art. 4º** O plano de teletrabalho em cada unidade de execução deverá contemplar as seguintes informações:

I - definição da matéria e extensão das atividades que serão realizadas;

II - previsão do ganho de eficiência e qualidade decorrente do teletrabalho;

III - previsão de fluxos e de processos de trabalho;

IV - indicação dos meios de comunicação e de integração dos membros e servidores da respectiva unidade de execução;

V - previsão de periodicidade de reuniões virtuais e presenciais para aferição de resultados e troca de experiências;

VI - previsão da forma de atendimento presencial às demandas, quando se fizer necessário.

Parágrafo único. O regime de teletrabalho poderá ser desempenhado em regime parcial.

**Art. 5º** Compete ao Procurador-Chefe:

I – coordenar e monitorar a execução do teletrabalho;

II – elaborar relatórios trimestral documentando a evolução do projeto, bem como os ganhos de eficiência e qualidade;

III – encaminhar os relatórios trimestrais à chefia imediata e à Corregedoria-Geral da PGM.

**Art. 6º** Para serem implementados, os planos de teletrabalho descritos nos arts. 3º e 4º deverão ser aprovados pela chefia imediata e, posteriormente, encaminhados à Corregedoria-Geral para homologação.

**Art. 7º** A adesão ao teletrabalho será facultativa, incumbindo aos optantes a formalização de declaração atestando:

I - que estão cientes dos termos do projeto específico aprovado e das atividades a serem desempenhadas;

II - que dispõem de equipamentos ergonômicos e tecnológicos adequados para a realização das atividades previstas no projeto aprovado.

Parágrafo único. Terão prioridade para integrar o regime de teletrabalho os procuradores municipais com deficiência que dificulte a sua locomoção.

**Art. 8º** Sem prejuízo da implantação do regime de teletrabalho, as equipes deverão manter a capacidade total de funcionamento dos respectivos setores, incluindo os responsáveis pelo atendimento ao público, interno e externo.

**Art. 9º** É de responsabilidade do procurador municipal optante pelo regime do teletrabalho:

I - cumprir a meta de desempenho estabelecida no Plano de Trabalho;

II – atender prontamente às convocações para comparecimento às dependências da PGM e/ou órgãos da Administração Pública, não implicando direito a reembolso de despesas de deslocamento;

III - manter telefones de contato permanentemente atualizados e ativos;

IV - permanecer em disponibilidade constante para contato;

V - consultar diariamente o sistema de distribuição e acompanhamento de tarefas (e-PGM), bem como o correio eletrônico institucional individual, ou, ainda, qualquer outra forma de comunicação adotada oficialmente pela unidade em seu Plano de Trabalho;

VI - retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental e mediante termo de recebimento e responsabilidade do servidor;

VII - informar ao titular da unidade administrativa, por meio de e-mail institucional individual, sobre a evolução e conclusão do trabalho, como também indicar situação de dificuldade, dúvida ou necessidade de informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VIII - preservar, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação em vigor, o sigilo dos dados, documentos ou processos acessados de forma remota, mediante observância às normas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias;

IX - informar à Chefia sobre licenças e afastamentos autorizados com base na Lei Complementar n. 701/2012 ou na Lei Complementar n. 133/85, para eventual adequação nas metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;  
X - realizar audiências presenciais, conforme escala ou organização da unidade de trabalho; e  
XI - manter-se em condições de retorno ao regime de trabalho presencial, em caso de necessidade da Administração.  
Parágrafo único. Durante o período de vigência do projeto piloto de que trata esta Instrução Normativa, competirá ao Procurador Municipal optante pelo regime do teletrabalho providenciar, por meios próprios, os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada para acesso aos sistemas eletrônicos internos e para a realização do trabalho fora das dependências das unidades da PGM.

**Art. 10.** Será facultado ao Procurador Municipal trabalhar nas dependências de sua unidade trabalho, nos dias reservados ao teletrabalho, observada a organização da equipe.

§ 1º O Procurador Municipal que não se adaptar à sistemática e às rotinas do teletrabalho poderá ser desligado do regime, não sendo vedado o seu posterior retorno a este regime.

§ 2º O desligamento do regime de teletrabalho não configura, por si só, presunção ou indício de infração disciplinar.

**Art. 11.** No prazo de 90 (noventa) dias da implementação do regime de teletrabalho, os responsáveis pela coordenação dos respectivos planos aprovados remeterão às Chefias Imediatas e à Corregedoria-Geral relatório conclusivo das atividades realizadas, apontando os benefícios alcançados, bem como abordando viabilidade de sua continuidade e indicando eventual necessidade de aperfeiçoamento.

**Art. 12.** Todos os relatórios de que trata esta Instrução Normativa serão sistematizados pela Corregedoria-Geral e inseridos em processo administrativo único enquanto perdurarem as disposições desta Instrução Normativa.

**Art. 13.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

**CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA**, Procurador-Geral do Município.  
**CLARISSA CORTES FERNANDES BOHRER**, Corregedora-Geral da PGM.



[Edição Completa](#)

